



**PARECER Nº 003 - 2020/CFEFFO.**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E**  
**ORÇAMENTO - CFEFFO**

Presidente - Vereador Fredson Almeida Lopes

Relator - Vereador Jari Ednei Teixeira

Secretário - Vereador Cleder Cleiton Barth

Membro - Vereador José Ramos Rodrigues dos Santos

**ASSUNTO** - *Projeto de Lei Ordinária nº 004/2020 – Dispondo sobre “As Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências”.*

DATA: 16 de julho de 2020.

**HISTÓRICO**

Matéria de iniciativa do Poder Executivo Municipal (art. 49, inciso IV e art. 51 da LOM), o qual através do Ofício nº 031/2020 – GAB/PMM, subscrito pelo **Excelentíssimo Senhor Celso Trzeciak** - Prefeito Municipal de Medicilândia, Estado do Pará, encaminha a Esta Egrégia Casa Legislativa Municipal, o Projeto de Lei Ordinária nº 004/2020, acompanhado da respectiva Mensagem, que versa sobre “as Diretrizes Para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências - LDO”. Matéria esta, protocolado na Secretária Legislativa e na Presidência da CMM em 30 de abril de 2020. Teve sua tramitação iniciada em conformidade Regimental com a ata e Sessão Ordinária realizada no dia 11 de maio do corrente ano. O Senhor Presidente desta Douta Casa de Leis, no cumprimento do mandamento contido no Regimento Interno (Art. 18, inciso II, alínea “a” e Art. 30, § 2º, inciso I e Art. 30, §1º, incisos I e IV) fez distribuir matéria à CFEFFO/CMM (Ofício Int. nº 015/2020-GAB/PRES/CMM). No cumprimento do Art. 237, §2º do RI/CMM, a matéria cumpriu o prazo regimental para recebimento de emendas individuais.

Registra-se a apresentação das seguintes emendas individuais: Aditivas nºs **001; 002; 003; 004; 005; 006; e 007/2020** – Modificativas nºs **001; 002; 003; 004; e 005/2020**.

Em 29 de junho foram juntado aos autos o Parecer Contábil da Assessoria contábil Legislativa e Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica Legislativa.

Por meio de convocação do Senhor Presidente Vereador Rusbimário Queiroz (Edital de Convocação nº 001/2020) as Comissões de Constituição CCJCR e de Finanças



CFEFFO, reuniram-se conjuntamente na data de 29 de junho do corrente ano para analisar previamente o Projeto de Lei 004/2020 e suas emendas, sendo em seguida, despachado à Presidência das respectivas comissões para trâmite conforme mandamento regimental.

Registra-se o encaminhamento da proposição ao Relator CFEFFO, em 01 de julho (Of. 005/2020-PRES/CFEFFO). A Comissão de finanças reuniu-se previamente na data de 03 de julho.

Segue matéria para análise e emissão de parecer da relatoria de finanças.

## DA FUNDAMENTAÇÃO

Havendo-se à análise Financeira dos anexos enviados, conforme indicado acima, julgamos oportuno acolher a proposição com seus anexos na forma como indicados, tomando por base as notas justificativas apresentadas pelo Poder Executivo, de acordo com as seguintes indicações:

1 – Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais – 2021 (LRF, Art. 4º, § 2º) com Indicativo das projeções para os exercícios de 2021, 2022 e 2023.

2 – Anexo de Metas Fiscais – Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais no Exercício Anterior (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso I) – Preenchimento prejudicado vez que não houve fixação de metas para os exercícios anteriores.

3 – Anexo de Metas Fiscais – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso II) – tendo sido observada a fixação de metas nos exercícios anteriores do preenchimento do anexo em questão.

4 – Anexo de Metas Fiscais – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos - (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso III) – Destacando-se a observação de que não houve alienação de ativos nos exercícios de 2019, 2018 e 2017.

5 – Anexo de Metas Fiscais – Evolução do Patrimônio Líquido - (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso III) – Na nota ao quadro em comento, o Poder Executivo esclarece que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social estando, portanto, prejudicada a “exigibilidade de preenchimento do patrimônio líquido do regime previdenciário”.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA**  
**“CAPITAL NACIONAL DO CACAU”**  
**CNPJ: Nº 14.136.212/0001-05**

6 - Anexo de Metas Fiscais – Receitas e Despesas Previdenciárias do Instituto de Previdência Municipal (RPPS) - (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”) – No mesmo sentido na Nota explicativa ao quadro em tela alega a inexigibilidade de preenchimento dada à inexistência de Regime Próprio de Previdência Social.

7 – Anexo de Metas Fiscais – Projeção Atuarial do Instituto de Previdência Municipal - (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”) – Da mesma forma, a nota explicativa menciona a inexigibilidade de preenchimento em virtude da inexistência de RPPS.

8 – Anexo de metas Fiscais – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso V). No quadro em questão fazem indicar adequadamente as despesas obrigatórias de caráter continuado.

9 – Anexos de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da renúncia de receita, não serão objetos de renúncia de receita, portanto, não há compensação. No exercício financeiro de 2020, as despesas com pessoal, ativos e inativos, dos Poderes Executivo e Legislativo observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar nº 101/200 e no Art. 29 e 29-A, da Constituição Federal de 88.

10 – Anexo de Riscos Fiscais – tem sua origem no princípio da prudência, é obrigatório na LDO, conforme defini no §3º do art. 4º da LRF/2000, por esse anexo se faz à previsão dos passivos contingentes que deve ser entendido como uma obrigação incerta ou eventual, são situações que envolvem um grau de dúvida quanto a sua efetiva ocorrência, mas que podem afetar as contas públicas, ou seja, podem vir a criar uma situação de desequilíbrio fiscal ao Município.

No tocante à estrutura de elaboração da Lei Orçamentária Anual, cujo norte se faz constituir pelo presente Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO verifica-se a correta adequação às disposições da Lei 4.320/64 e da Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão da Secretaria do Tesouro Federal, prevendo-se a execução das ações da administração municipal conforme sua classificação em funções, sub-funções, programas, projetos e atividades.

Menciona ainda o texto da LDO em comento, a composição da Lei de Orçamento Anual considerando o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que deverão balizar a captação de receitas e realização de despesas dos Poderes do Município, seus fundos e órgãos da administração direta e indireta, vetando quaisquer tipos de utilização dos recursos públicos para fins de ajuda financeira e empresas de fins lucrativos e restringindo tais medidas para entidades





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA**  
**“CAPITAL NACIONAL DO CACAU”**  
**CNPJ: Nº 14.136.212/0001-05**

consideradas de utilidade pública que atuam na Assistência Social.

Do projeto em análise, constam ainda as vedações ao início de programas ou projetos não incluídos na Lei de Orçamento Anual; a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais; a abertura de créditos suplementares ou especiais sem a prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes; a concessão ou utilização de créditos ilimitados; e instituição de fundos de qualquer natureza, sem a prévia autorização legislativa, ressaltando-se que todas estas restrições encontram amparo legal nas disposições da Lei Federal nº 4.320/64.

Ademais, em atenção aos limites impostos pela Lei Complementar Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), teve o gestor municipal o cuidado de assegurar nas Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 que não serão realizados quaisquer investimentos que ultrapassem o exercício financeiro, salvo os que serão incluídos no Plano Plurianual ou aqueles que lei específica venha a autorizar sua inclusão no PPA em vigor.

Após expirado o prazo legal para oferecer emendas, foi registrado a apresentação das emendas acima já identificadas, que após a deliberação da Comissão CCJCR, foi o projeto de lei e suas emendas encaminhado ao Relator da CFEFFO para apreciação e emissão do respectivo Parecer correspondente conforme sua competência.

## CONCLUSÃO E VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores e Vereadora,

Trata os autos, do Projeto de Lei nº 004/2020 - LDO/2021, que após a avaliação preliminar dos Senhores vereadores onde tiveram a oportunidade de apresentar suas emendas individuais, e após matéria passada pelo crivo da comissão de Constituição CCJCR, foi dado prosseguimento tramitacional na Comissão de Finanças CFEFFO, e encaminhada a este Relator para apresentação de parecer, observado as prerrogativas regimentais.

Ressaltando a análise criteriosa sobre o projeto de lei, efetuada por este relator, bem como sobre suas emendas, com auxílio técnico expressado no Parecer Contábil – Da





ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA  
“CAPITAL NACIONAL DO CACAU”  
CNPJ: Nº 14.136.212/0001-05

Assessoria Contábil dessa Casa de Leis, constatando que a matéria em tela proposta de lei de diretrizes orçamentária encontra-se em consonância com as prerrogativas financeiras impostas pela Constituição Federal CF/88 (Art. 165, inciso II, §2º); Lei Federal nº 4.320/64; Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF 101/2000; Lei Orgânica Municipal (Art. 49, inciso IV, Art. 141, §2º e Art. 151); e Regimento Interno da CMM (Art. 237 e seus §§). De mesmo modo, suas emendas contemplam a técnica legislativa e a ordem financeira.

Face ao exposto, este Relator CFEFFO – Jari Ednei Teixeira, **sugere** aos membros da Comissão e ao Douto Plenário desta Casa de Leis, que acompanhem o voto da relatoria de finanças favorável à **APROVAÇÃO do Projeto de Lei Ordinária nº 004/2020 – LDO para 2021**; as emendas Aditivas nºs 001 à 007/2020 **recomenda-se** que sejam levadas a apreciação do plenário; as Modificativas nºs 001 à 005/2020, **sugere** aos membros da comissão e ao Douto Plenário aprovação.

É o Parecer do Relator, em 16 de julho de 2020.

Sala da Comissão de Finanças, Economia, Fiscalização Financeira e Orçamento – CFEFFO, da Câmara Municipal de Medicilândia-PA, aos 16 dias do mês de julho do ano de 2020.



Jari Ednei Teixeira  
**Relator – CFEFFO**





ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA  
“CAPITAL NACIONAL DO CACAU”  
CNPJ: Nº 14.136.212/0001-05

**DELIBERAÇÃO DO PARECER Nº 003/2020 - CFEFFO**

Aos e três dias do mês de julho do ano de 2020, os Vereadores da Comissão de Finanças, Economia, Fiscalização Financeira e Orçamento - CFEFFO, no cumprimento do Edital de Convocação nº 003/2020, publicado no mural da CMM, observada a tolerância, reuniram-se, às 08:15hs (horas e quinze minutos), na Sala das Comissões Permanentes, estando presente os Vereadores: Fredson Almeida Lopes – Presidente; Cleder Cleiton Barth – Secretário; e José Ramos Rodrigues dos Santos – Membro. Tendo como pauta a análise e deliberação do **Parecer nº 003/2020/CFEFFO**, cujo teor versa sobre a **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Ordinária nº 004/2020 - Dispondo sobre “As Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2021, e dá outras providências - LDO”; e recomenda deliberação plenária das Emendas Aditivas nºs 001 à 007/2020; e **aprovação das** Emendas Modificativas nºs 001 à 005/2020. Em seguida, havendo quórum, o Senhor Presidente, em nome de Deus declarou aberta a reunião, que após a apresentação e efetuada a leitura do Parecer do relator, foi colocado em discussão, que registrada as formalidades de praxes na forma regimental, foi colocado, em votação, sendo **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes na comissão, passando a representar a decisão da mesma sobre a proposição em tela, devendo retornar à Mesa Diretora para prosseguimento tramitacional.

Sala das Comissões Permanente da Câmara Municipal de Medicilândia,  
Estado do Pará, em 23 de julho de 2020.

Fredson Almeida Lopes  
**Presidente CFEFFO/CMM**

(ausente)  
Jari Ednei Teixeira  
**Relator CFEFFO/CMM**

Cleder Cleiton Barth  
**Secretário CFEFFO/CMM**

José Ramos R. dos Santos  
**Membro CFEFFO/CMM**